



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Presidência

PORTARIA GPR 1301 DE 23 DE MAIO DE 2017

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da [Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000](#),

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre de 2017, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador **MARIO MACHADO**
Presidente do TJDFT

ESTE TEXTO NÃO SUBSTITUI O PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26/05/2017, SEÇÃO 1, FL. 236

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.035.162.725,15	1.663.393,58
Pessoal Ativo	1.633.916.543,16	1.653.958,82
Pessoal Inativo e Pensionistas	401.246.181,99	9.434,76
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	365.596.483,48	74.053,40
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.447.558,73	74.053,40
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	362.148.924,75	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.669.566.241,67	1.589.340,18
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.000,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.671.155.581,85	0,232579%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.975.961.435,25	0,275000%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.877.163.363,49	0,261250%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.778.365.291,73	0,247500%

FONTE: SIAFI, Manual de Demonstrativos Fiscais, 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 403/2016 e Portaria STN Nº 416/2017, que divulga a Receita Corrente Líquida. Elaboração SERDAD/SUCON/SEOF.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados, correspondem à execução nas fontes 156 e 169.

3) Considerando que as despesas não computadas, relativas à decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de maio a dezembro/2016

Desembargador Mario Machado
 Presidente do TJDFT

Celso de Oliveira e Sousa Neto
 Secretário Geral do TJDFT

Cid Moreira
 Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

Eufrásio Novais Filho
 Secretário Subst. de Controle Interno



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Presidência

PORTARIA GPR 2164 DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da [Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000](#),

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao segundo quadrimestre de 2017, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador **MARIO MACHADO**
Presidente do TJDFT

ESTE TEXTO NÃO SUBSTITUI O PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27/09/2017, SEÇÃO 1, FL. 131

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.109.132.932,85	1.663.393,58
Pessoal Ativo	1.689.664.158,57	1.653.958,82
Pessoal Inativo e Pensionistas	419.468.774,28	9.434,76
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	383.811.179,63	74.053,40
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	19.443,68	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.420.218,91	74.053,40
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	380.371.517,04	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.725.321.753,22	1.589.340,18
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	730.531.081.000,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.726.911.093,40	0,236391%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.008.960.472,75	0,275000%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.908.512.449,11	0,261250%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.808.064.425,48	0,247500%

FONTE: SIAFI, Manual de Demonstrativos Fiscais, 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 403/2016 e Portaria STN Nº 772/2017, que divulga a Receita Corrente Líquida. Elaboração SERDAD/SUCON/SEOF.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados, correspondem à execução nas fontes 156 e 169.

3) Considerando que as despesas não computadas, relativas à decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de setembro a dezembro/2016.

4) O valor constante do título Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária refere-se à despesa classificada, em janeiro/2017, de forma inadequada na rubrica 319094, com reclassificação realizada em setembro/2017 para rubrica correta (319092). Portanto, não deverá ser informada nesse título no próximo Relatório.

Desembargador Mario Machado
 Presidente do TJDF

Cid Moreira
 Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

João Batista da Silva
 Secretário de Controle Interno



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Presidência

PORTARIA GPR 108 DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre do exercício financeiro de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da [Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000](#),

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao terceiro quadrimestre de 2017, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador **MARIO MACHADO**
Presidente do TJDFT

ESTE TEXTO NÃO SUBSTITUI O PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26/01/2018, SEÇÃO 1, FLS. 103-105

RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.170.916.447,58	0,00	2.170.916.447,58
Pessoal Ativo	1.731.132.038,58	0,00	1.731.132.038,58
Pessoal Inativo e Pensionistas	439.784.409,00	0,00	439.784.409,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	423.212.443,71	0,00	423.212.443,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	8.918,78	0,00	8.918,78
Despesas de Exercícios Anteriores	17.045.018,93	0,00	17.045.018,93
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	406.158.506,00	0,00	406.158.506,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.747.704.003,87	0,00	1.747.704.003,87

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.324.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,240315%	0,000000%	0,240315%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	0,275000%		1.999.949.391,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	0,261250%		1.899.951.921,45
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <=>	0,247500%		1.799.954.451,90

FONTE: SIAFI, Manual de Demonstrativos Fiscais, 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 403/2016, orientação do Tribunal de Contas da União e Portaria STN Nº 54/2018 que divulga a Receita Corrente Líquida. Elaboração SERDAD/SUCONSEOF.

Notas:

- 1) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados, correspondem à execução nas fontes 156 e 169.
- 2) As despesas não computadas relativas a decisão judicial referem-se a rubrica 31909291.
- 3) As despesas não computadas relativas a exercícios anteriores referem-se à execução na rubrica 319092, excluídas as relativas à decisão judicial e fontes 156 e 169.

Desembargador Mário Machado

Presidente do TJDF

Cid Moreira

Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

Adileide Ferreira Ribeiro

Secretária Substituta de Controle Interno

Tabela 5.1 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - União

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	FONTE	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
				Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
				De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
5. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOIRO NACIONAL	2.667.266,56	-	169.767,23	-	-	2.497.499,33	82.717,69	-
6. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	63	REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB	876.430,00	-	-	76.647,65	-	799.782,35	-	-
8. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	6.850.347,67	-	141.875,64	-	-	6.708.472,03	1.448.564,15	-
	50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	7.002.207,14	-	-	365.437,00	-	6.636.770,14	-	-
	80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	48.192.440,63	-	-	6.801.944,00	-	41.390.496,63	237.986,92	-
	81	RECURSOS DE CONVENIOS	80.482.065,07	-	61.699,73	3.241.456,20	-	77.178.909,14	1.771.583,83	-
9. Outros Recursos Vinculados	90	RECURSOS DIVERSOS	25.338,55	-	-	-	25.338,55	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)			146.096.095,62	-	373.342,60	10.485.484,85	25.338,55	135.211.929,62	3.540.852,59	-
Recursos Ordinários	00	RECURSOS ORDINARIOS	74.984.947,14	460.777,42	3.160.638,71	25.387.450,65	-	45.976.080,36	15.320.250,57	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)			74.984.947,14	460.777,42	3.160.638,71	25.387.450,65	-	45.976.080,36	15.320.250,57	-
TOTAL (III) = (I + II)			221.081.042,76	460.777,42	3.533.981,31	35.872.935,50	25.338,55	181.188.009,98	18.861.103,16	-

FONTE: Sistema SIAFI, Manual de Demonstrativos Fiscais, 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 403/2016, Macrofunção do Manual SIAFI 021301 e orientação do Tribunal de Contas da União. Elaboração SERDAD/SUCON/SEOF.

Nota:

Nota 1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Nota 2. A Disponibilidade de Caixa Bruta, na fonte 0100, contempla recursos de TED a receber no valor de R\$ 31.380,01 constante da conta contábil 8.9.4.3.2.00.00.

Desembargador Mário Machado
Presidente do TJDF

Cid Moreira
Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

Adileide Ferreira Ribeiro
Secretária Substituta de Controle Interno

Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

LRF, art. 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente líquida	R\$ 727.254.324.000,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.747.704.003,87	0,240315%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.999.949.391,00	0,275000%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.899.951.921,45	0,261250%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	18.861.103,16	181.188.009,98

FONTE: Sistema SIAFI, Manual de Demonstrativos Fiscais, 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 403/2016. Elaboração SERDAD/SUCON/SEOF.

Desembargador Mário Machado
Presidente do TJDFT

Cid Moreira
Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

Adileide Ferreira Ribeiro
Secretária Substituta de Controle Interno